

Percepções estudantis sobre racismo em uma escola pública

Students' perceptions of racism in a public school

Percepciones de los estudiantes sobre el racismo en una escuela pública

Adlene Silva Arantes 

Universidade de Pernambuco, Recife – PE, Brasil.

adlene.arantes@upe.br

Lucas Alves do Espírito Santo 

Universidade de Pernambuco, Recife – PE, Brasil.

lucas.alves@upe.br

Recebido em 13 de novembro de 2024

Aprovado em 27 de maio de 2026

Publicado em 08 de junho de 2026

RESUMO

Este texto é parte de um estudo realizado em uma escola da rede pública municipal de Lagoa de Itaenga, Pernambuco, vinculado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade de Pernambuco (UPE). A pesquisa, de caráter descritivo e qualitativo, teve como objetivo compreender as percepções dos estudantes sobre racismo e suas consequências estruturais. Participaram trinta estudantes do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental, que responderam a um questionário reflexivo. Os dados foram analisados utilizando a técnica de Análise de Conteúdo. Os resultados evidenciam a necessidade urgente de intensificar o debate sobre racismo no ambiente escolar, destacando as desigualdades étnico-raciais e sociais enraizadas na história do Brasil. Os(as) estudantes relataram experiências que indicam a presença do racismo em seu cotidiano, sublinhando a importância de promover a conscientização e a educação antirracista nas escolas. O estudo conclui que a construção de uma cultura de respeito e igualdade é essencial para um ambiente escolar inclusivo e justo, e sugere ações práticas para abordar essas questões de maneira eficaz.

Palavras-chave: Racismo; Escola pública; Ensino fundamental.

ABSTRACT

This text is part of a study carried out in a public municipal school in Lagoa de Itaenga, linked to the *Stricto Sensu* Graduate Program in Education at Universidade de

Pernambuco. The research, descriptive and qualitative in nature, aimed to understand students' perceptions of racism and its structural consequences. Thirty students from the sixth to the ninth grade of Elementary School participated in the study by answering a reflective questionnaire. The data were analyzed using the Content Analysis technique. The results highlight the urgent need to intensify the debate on racism within the school environment, emphasizing the ethnic-racial and social inequalities rooted in the history of Brazil. The students reported experiences indicating the presence of racism in their daily lives, underscoring the importance of promoting awareness and anti-racist education in schools. The study concludes that building a culture of respect and equality is essential for an inclusive and fair school environment and suggests practical actions to address these issues effectively.

Keywords: Racism; Public School; Elementary Education.

RESUMEN

Este texto forma parte de un estudio realizado en una escuela pública municipal de Lagoa de Itaenga, vinculado al Programa de Posgrado Stricto Sensu en Educación de la Universidade de Pernambuco. La investigación, de carácter descriptivo y cualitativo, tuvo como objetivo comprender las percepciones de los estudiantes sobre el racismo y sus consecuencias estructurales. Participaron treinta estudiantes de sexto a noveno grado de la Educación Primaria, quienes respondieron a un cuestionario reflexivo. Los datos fueron analizados utilizando la técnica de Análisis de Contenido. Los resultados evidencian la necesidad urgente de intensificar el debate sobre el racismo en el ambiente escolar, destacando las desigualdades étnico-raciales y sociales arraigadas en la historia de Brasil. Los estudiantes relataron experiencias que indican la presencia del racismo en su vida cotidiana, subrayando la importancia de promover la concienciación y la educación antirracista en las escuelas. El estudio concluye que la construcción de una cultura de respeto e igualdad es esencial para un ambiente escolar inclusivo y justo, y sugiere acciones prácticas para abordar estas cuestiones de manera eficaz.

Palabras clave: Racismo; Escuela pública; Educación primaria.

Introdução

O racismo constitui um fenômeno histórico e estrutural profundamente presente na sociedade brasileira, manifestando-se nas relações sociais, culturais, políticas e econômicas. Seus impactos atingem diferentes espaços da vida cotidiana, incluindo a escola, ambiente no qual práticas discriminatórias, estereótipos raciais e desigualdades sociais podem ser reproduzidos de maneira explícita ou sutil. Nesse contexto, estudantes negros(as) frequentemente enfrentam situações de exclusão, preconceito e desvalorização de suas identidades, o que pode comprometer seu desenvolvimento educacional, social e emocional. Assim, discutir o racismo no

ambiente escolar torna-se fundamental para compreender como essas desigualdades são construídas e perpetuadas historicamente.

A escola, enquanto espaço de formação humana e social, ocupa papel central tanto na reprodução quanto no enfrentamento das desigualdades étnico-raciais. Além de transmitir conhecimentos, ela participa da construção de valores, identidades e visões de mundo, podendo contribuir para a manutenção de preconceitos ou para a promoção de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade e a valorização da diversidade étnico-racial. Nesse sentido, a implementação de uma educação antirracista exige que o debate sobre as relações raciais esteja presente de forma contínua no cotidiano escolar, ultrapassando ações pontuais e incorporando-se às práticas pedagógicas, ao currículo e às relações estabelecidas no ambiente educacional.

Recentemente foi publicada a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Quilombola – PNEERQ (BRASIL, Ministério da Educação, 2024). A referida política busca fomentar ações voltadas a superação das desigualdades na educação brasileira. Entre os compromissos com a implementação da política, estão o de estruturar um sistema de metas e de monitoramento com o intuito de formar profissionais em gestão para relações étnico-raciais (ERER) e Educação Quilombola, a fim de possibilitar o conhecimento da população brasileira sobre a história do Brasil e as suas origens.

A referida política prevê entre as suas metas ações concretas para a implementação da Lei nº 10.639/2003 que representou um importante avanço ao tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. A legislação reforça a necessidade de reconhecer as contribuições históricas, sociais e culturais da população negra para a formação da sociedade brasileira, além de estimular práticas educativas voltadas ao enfrentamento do racismo e das desigualdades étnico-raciais. Contudo, apesar dos avanços legais e das discussões promovidas nas últimas décadas, ainda persistem desafios relacionados à efetivação de uma educação comprometida com a valorização das identidades negras e com a construção de relações mais igualitárias no espaço escolar.

Diante dessa realidade, este estudo teve como objetivo compreender as percepções de estudantes do Ensino Fundamental sobre o racismo no contexto escolar e comunitário, buscando analisar como esse fenômeno é interpretado e vivenciado pelos(as) participantes. A pesquisa justifica-se pela necessidade de ampliar os debates sobre as relações étnico-raciais na Educação Básica, especialmente em contextos marcados por desigualdades históricas e pela presença significativa da população negra, como é o caso da região onde está localizada a instituição escolar, território da investigação.

Além disso, o estudo busca contribuir para a reflexão sobre a importância de ações educativas contínuas no enfrentamento do racismo, destacando o papel da escola na construção de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade, o respeito à diversidade e a formação crítica dos(as) estudantes. Ao compreender as percepções dos(as) alunos(as) sobre o racismo, torna-se possível fortalecer

estratégias educativas voltadas à promoção de uma cultura escolar mais inclusiva, democrática e socialmente justa.

Por que falar de racismo nas escolas?

A discussão sobre o racismo em ambientes escolares torna-se necessária diante das desigualdades históricas e sociais que atravessam a sociedade brasileira, especialmente no contexto de construção de uma educação comprometida com os princípios da equidade e da justiça social. Nesse sentido, autores que discutem a educação antirracista destacam que a escola possui papel fundamental tanto na reprodução quanto no enfrentamento das desigualdades raciais. Segundo Cavalleiro (2024), o racismo ultrapassa a mera discriminação ou preconceito racial, constituindo-se como uma ideologia que estabelece hierarquias entre características culturais e raciais, promovendo a ideia de superioridade de determinados grupos em relação a outros. Dessa forma, o debate sobre o racismo no espaço escolar não se limita a uma questão moral, mas relaciona-se à necessidade de compreender e enfrentar estruturas sociais que produzem exclusão e desigualdade.

O racismo se manifesta na sociedade brasileira de múltiplas formas. Nilma Lino Gomes (2005, p. 52) explica suas diferentes faces:

[...] O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo etc. Ele é por outro lado um conjunto de ideias e imagens referentes aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira. [...].

Desse modo, torna-se fundamental compreender a liberdade negra e valorizar narrativas produzidas pelos próprios negros e negras, evidenciando o racismo como uma estrutura historicamente construída no Brasil e presente nas relações sociais, culturais e institucionais do país. A compreensão crítica desse processo é indispensável para a construção de uma sociedade mais democrática e justa, uma vez que o racismo produz desigualdades, restringe direitos, silencia experiências e compromete a participação plena de diferentes grupos sociais. Conforme Pinto (2020), a implementação de uma educação antirracista exige um estudo aprofundado das histórias do movimento negro, valorizando as experiências e os conhecimentos produzidos por grupos que narram suas próprias vivências e contribuem para a transformação social.

Em 9 de janeiro de 2003, foi promulgada a Lei Nº 10.639/2003, que estabelece a inclusão obrigatória da história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos da Educação Básica. Essa legislação, assim como a PNEERQ são direcionadas a educadores(as), sistemas de ensino, programas educacionais, gestores de políticas públicas e à sociedade em geral, ressaltando a relevância da cultura negra na formação da sociedade brasileira.

A educação das relações étnico-raciais tem como objetivo promover o reconhecimento das contribuições das pessoas negras à cultura brasileira, ampliando a compreensão da história do Brasil sob a perspectiva da população negra. É também

essencial capacitar os profissionais da educação, em especial os(as) professores(as), para combater o racismo e seus impactos dentro e fora da escola, promovendo uma reeducação em relações étnico-raciais que seja inclusiva e diversa.

Conforme afirmado por Munanga (2005, p. 17):

Essa transformação fará de nós os verdadeiros educadores, capazes de contribuir no processo de construção da democracia brasileira, que não poderá ser plenamente cumprida enquanto perdurar a destruição das individualidades históricas e culturais das populações que formaram a matriz plural do povo e da sociedade brasileira. Entre essas forças, a educação escolar, embora não possa resolver tudo sozinha, ocupa um espaço de destaque. Se nossa sociedade é plural, étnica e culturalmente, desde os primórdios de sua invenção pela força colonial, só podemos construí-la democraticamente respeitando a diversidade do nosso povo, ou seja, as matrizes étnico-raciais que deram ao Brasil atual sua feição multicolor composta de índios, negros, orientais, brancos e mestiços.

A partir dessa afirmação, entendemos que a relevância do papel da escola na promoção de uma educação antirracista é crucial. É neste ambiente que os alunos se formam e se preparam para o mundo, tornando essencial que o tema étnico-racial seja abordado de forma direta e contínua na Educação Básica, conforme aponta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana:

A escola tem papel preponderante para a eliminação das discriminações e para a emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, aos registros culturais diferenciados, à conquista da racionalidade que rege as relações sociais e raciais, aos conhecimentos avançados, indispensáveis para a consolidação e o concerto das nações como espaços democráticos e igualitários (Brasil, 2004, p. 06).

É importante, portanto, que a escola assuma esse papel, adotando uma postura de reparação política, buscando equilibrar as desigualdades étnico-raciais e proporcionando aos alunos uma visão ampla sobre a cultura negra e afro-brasileira, com respeito às diversas culturas e combate assertivo ao racismo, independentemente de cor, raça ou etnia.

Contexto sócio-histórico da escola território do estudo

O território do estudo engloba uma escola pública municipal situada em um distrito rural do município de Lagoa de Itaenga, em Pernambuco, localizado a nove quilômetros do centro urbano. É uma instituição de médio porte que, segundo o Censo Escolar de 2022, abrange cento e sessenta e cinco estudantes, desde a Educação Infantil até os anos finais do Ensino Fundamental, sendo a maioria autodeclarada como pretos(as) e pardos(as).

A predominância de estudantes autodeclarados negros(as) e pardos(as) na escola pode ser correlacionada a uma tendência nacional, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, que registrou um aumento na autodeclaração de pessoas pretas de 7,4% em 2012 para 10,6% em 2022. Esse aumento reflete a influência positiva do movimento negro na promoção da autoestima e do reconhecimento da identidade negra.

Além disso, essa predominância pode ser atribuída ao contexto sócio-histórico da região. Lagoa de Itaenga, parte da sub-região da mata norte de Pernambuco, teve sua origem ligada à monocultura da cana-de-açúcar nos antigos engenhos, que historicamente utilizaram mão de obra escrava africana. Segundo Silva (2021), esse processo econômico-político baseado no racismo contribuiu para a presença significativa de habitantes de ascendência africana e afro-brasileira na região, frequentemente submetidos a condições de subalternidade mantidas pela estrutura colonial.

Essa predominância é também expressa nas manifestações culturais características da região. Lagoa de Itaenga é reconhecida como a Capital Estadual do Coco de Roda, de acordo com a Lei Estadual nº 15.389, de 13 de outubro de 2014, e abriga diversos grupos culturais de maracatu de baque solto e cavalo-marinho, manifestações enraizadas nos antigos engenhos de cana-de-açúcar, onde os(as) negros(as) preservaram suas raízes culturais mesclando-as com influências dos povos originários e colonizadores.

Portanto, a composição histórica e cultural da comunidade escolar contribui para uma maioria estudantil composta por uma população negra, camponesa e de baixa renda, que dependem principalmente da agricultura, do trabalho nas usinas sucroalcooleiras e de programas de assistência social do governo federal para sua subsistência.

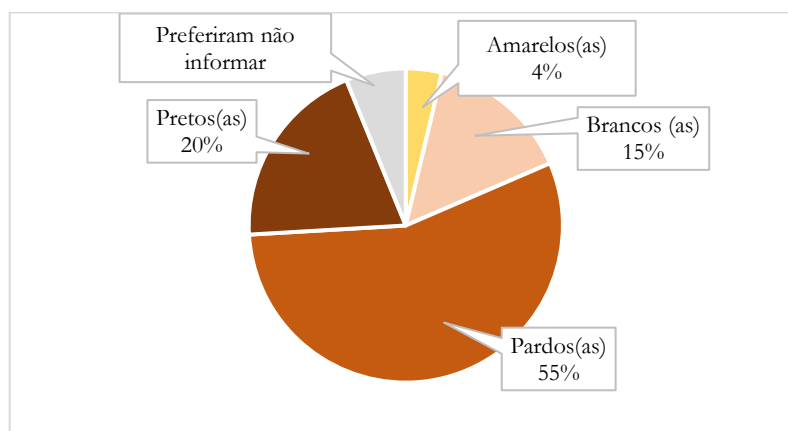
Perfil dos(as) estudantes participantes

A pesquisa foi submetida à avaliação do Comitê de Ética da Universidade de Pernambuco e recebeu aprovação por meio do Parecer nº 5.829.230, CAAE 64726022.3.0000.5207. Para assegurar a confidencialidade e o cumprimento dos princípios éticos, os nomes dos participantes e da instituição escolar onde o estudo foi realizado permanecerão em sigilo. Essa medida visa proteger a privacidade dos envolvidos e garantir a integridade da pesquisa, conforme exigido pelas diretrizes éticas estabelecidas para estudos acadêmicos com seres humanos.

O estudo incluiu a participação de estudantes com idades entre 10 e 17 anos, dos quais aproximadamente 47% tinham entre 12 e 14 anos. Do total de participantes, 14 foram do sexo feminino e 16 do sexo masculino. Em relação ao ano/série, 06 estudantes estavam no 6º ano, 12 no 7º ano, 07 no 8º ano e 05 no 9º ano do Ensino Fundamental. Quanto à autoidentificação étnico-racial dos(as) participantes, os dados serão apresentados a seguir.

Figura 1- Autoidentificação de cor/raça dos(as) participantes

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/19846444>



Fonte: Autor e Autora, 2024.

A análise da Figura 1 revela que 75% dos(as) estudantes que responderam ao questionário autodeclararam-se pretos(as) ou pardos(as). A predominância de estudantes negros(as) e pardos(as) na escola pode ser entendida à luz do contexto sócio-histórico em que a instituição está inserida. Localizada em uma região de monocultura canavieira, a escola faz parte de um legado onde, de acordo com Silva (2021), durante séculos, a economia local se baseou em um sistema político-racial que utilizava mão de obra escrava africana para a produção de açúcar. Esse sistema contribuiu para o crescimento da população afro-brasileira na área, perpetuando condições de subalternidade impostas por colonizadores e imigrantes europeus.

Diante desse contexto histórico, torna-se importante que os(as) estudantes compreendam como as desigualdades raciais foram construídas socialmente e continuam influenciando as relações no ambiente escolar e na sociedade. Essa compreensão não se restringe apenas às pessoas historicamente oprimidas, mas também contribui para que toda a sociedade reconheça os impactos das estruturas raciais na formação social brasileira, favorecendo o desenvolvimento de práticas mais críticas e conscientes diante das diferentes formas de discriminação e exclusão.

Abordagens dos(as) estudantes sobre o racismo

O questionário aplicado aos(às) estudantes consistia em oito perguntas abertas, formuladas para explorar diferentes aspectos do racismo no ambiente escolar. A análise das respostas foi conduzida por meio da técnica de Análise de Conteúdo, conforme proposta por Laurence Bardin (2016), metodologia amplamente utilizada em pesquisas qualitativas por possibilitar a interpretação sistemática das comunicações e dos significados presentes nos discursos dos(as) participantes.

De acordo com Bardin (2016), a Análise de Conteúdo organiza-se em três etapas principais: a pré-análise, caracterizada pela leitura flutuante e organização do material; a exploração do material, etapa em que ocorre a codificação e categorização das respostas; e, por fim, o tratamento e interpretação dos resultados, momento destinado à inferência e compreensão crítica dos sentidos produzidos pelos dados.

Nesse estudo, o objetivo central da análise foi interpretar criticamente o significado das respostas, considerando tanto os sentidos explícitos quanto os

implícitos nas declarações dos(as) estudantes. Esse processo analítico foi realizado em uma perspectiva interpretativa, buscando compreender as nuances e complexidades das percepções sobre o racismo no contexto escolar e nas comunidades em que os(as) participantes viviam.

Inicialmente, as trinta respostas foram transcritas e organizadas em oito segmentos, correspondentes às perguntas abertas do questionário. Em seguida, realizou-se a pré-análise, mediante leitura exploratória das transcrições, com o intuito de identificar termos, expressões recorrentes e unidades de sentido relacionadas ao fenômeno investigado. Posteriormente, na etapa de exploração do material, os dados foram agrupados em categorias temáticas construídas a partir da recorrência e relevância das respostas apresentadas pelos(as) estudantes.

Na primeira etapa da análise, foram examinadas as respostas à pergunta: para você, o que é racismo? Com base nas respostas, definiram-se as seguintes categorias: racismo, discriminação, preconceito, crime, julgamento e desrespeito. A escolha dessas categorias foi guiada por um critério de agrupamento das concepções apresentadas pelos(as) estudantes e pela relevância dos dados coletados, com o intuito de alinhá-los aos objetivos do estudo.

As respostas foram, então, organizadas nessas categorias, o que possibilitou a estruturação dos dados em cinco dimensões principais, como apresentado na Figura 2. Esse processo de categorização e organização facilitou a identificação de padrões e significados nas percepções dos(as) estudantes sobre o racismo. Dessa forma, permitiu-se uma compreensão mais profunda e detalhada de como esse fenômeno é interpretado e vivenciado no contexto escolar.

Figura 2- Dimensões relacionadas às percepções dos(as) estudantes sobre o Racismo

DIMENSÕES	RESPOSTA REFERENCIAL	TOTAL DE CITAÇÃO
Percepção intimidativa	É um tipo de “buli” (Estudante 3).	06
Percepção delituosa	É um tipo de crime (Estudante 28).	08
Percepção preconceituosa	Racismo é uma falta de respeito e de educação com gente negra (Estudante 24).	11
Percepção insultuosa	Racismo é quando uma pessoa xinga outra pela cor e aparência, e se acha melhor do que a outra pessoa (Estudante 25).	03
Percepção simplista	Racismo é falar da cor dos outros (Estudante 19).	02

Fonte: Autor e Autora, 2024.

Os dados indicam que onze estudantes possuem uma percepção preconceituosa em relação ao racismo. Para esses(as) estudantes, o racismo é visto

como uma forma de crítica, julgamento ou xingamento direcionado às pessoas negras, alinhando-se à definição de preconceito ou injúria racial descrita no parágrafo 3º do Artigo 140 do Código Penal. Essa definição destaca o direcionamento da conduta contra um indivíduo específico.

Além disso, esse entendimento dos(as) estudantes sugere que o racismo não é apenas uma questão de percepção coletiva ou abstrata, mas uma manifestação concreta de discriminação dirigida a pessoas com base na sua raça. Isso implicava que esses(as) estudantes reconheçam o racismo como um fenômeno que podia causar danos específicos às pessoas negras, incluindo ofensas pessoais e ataques verbais ou comportamentais direcionados.

Segundo Nilma Lino Gomes (2005, p. 54), o preconceito racial se manifesta através de um julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial específico, de uma etnia, religião ou de pessoas que ocupam outros papéis sociais significantes. Essa compreensão do racismo como uma forma de preconceito é profundamente enraizada na sociedade através de estereótipos. Esses estereótipos criam representações específicas de grupos ou indivíduos, muitas vezes distorcidas e frequentemente associadas a características e comportamentos considerados hegemônicos.

Essa compreensão também ressalta a importância de distinguir entre opiniões individuais ou críticas gerais e condutas que constituem crime ou violação de direitos, conforme definido pela legislação penal. Ao identificar o racismo como uma forma de preconceito ou injúria racial, os(as) estudantes estão reconhecendo a seriedade e o impacto prejudicial dessas atitudes sobre indivíduos e comunidades.

De acordo com Sant'Anna (2005), o preconceito se manifesta comportamentalmente através de estereótipos, os quais são utilizados para justificar uma suposta inferioridade e legitimar a dependência, subordinação e desigualdade. Um exemplo disso é a ideia de que negros e negras são incompetentes e possuem pouca capacidade intelectual para participar ou liderar espaços de poder, ou o senso comum de que homens e mulheres negras são mais aptos para desempenhar trabalhos braçais devido à suposta maior força física.

Na escola, esses estereótipos raciais podem ter um impacto significativo. Por exemplo, se professores(as) e gestores(as) escolares internalizam estereótipos que sugerem que estudantes negros(as) têm menos capacidade intelectual, isso pode resultar em expectativas mais baixas, menos oportunidades de desenvolvimento e menos apoio para seu sucesso educacional. Da mesma forma, se certos grupos são vistos como mais adequados apenas para determinados tipos de atividades, isso pode aumentar suas opções educacionais e perpetuar desigualdades de oportunidades.

Além disso, a falta de representação diversificada nos currículos escolares e na equipe docente pode reforçar estereótipos negativos e diminuir a autoestima e o desempenho escolar dos(as) estudantes que pertencem a grupos minoritários. Portanto, é importante que as escolas promovam um ambiente inclusivo, que desafie e desconstrua estereótipos, promovendo assim um ambiente de aprendizagem mais justo e igualitário para todos os alunos e alunas.

A partir das respostas, constatou-se que oito participantes perceberam o racismo como um crime, ou seja, uma conduta passível de punição legal. No Brasil, a Lei nº 7.716/1989, conhecida como Lei do Racismo, foi reformulada em 2023 pela Lei nº 14.532/2023, que equipara a injúria racial ao crime de racismo e estipula sanções para crimes motivados por preconceito racial ou de cor. Essa percepção é amplamente influenciada por campanhas publicitárias de combate ao racismo, que não apenas visam sensibilizar a população, mas também desempenham um papel essencial em reforçar a ideia da criminalização dessas práticas, promovendo uma abordagem mais rigorosa e responsável na defesa dos direitos humanos e na promoção da igualdade racial.

No entanto, é válido ressaltar que o aspecto punitivo é apenas um dos lados da luta contra o racismo e, por isso, deve ser compreendido para além de criminalização. Isso porque, enquanto a criminalização dos atos pode contribuir para coibir a expressão do preconceito, ele continuará influenciando a mentalidade das pessoas, inclusive dos(as) estudantes, a menos que ela seja combatida na origem, isto é, na formação de cidadãos e cidadãs que atuem como antirracistas.

Embora seja importante a elaboração e aplicação de leis que criminalizem atos racistas para desencorajar sua prática, o preconceito racial é profundamente enraizado na sociedade e nas mentalidades das pessoas. Mesmo que os comportamentos racistas sejam punidos, as crenças e os estereótipos subjacentes ainda podem persistir, especialmente se não forem abordados de maneira educativa e preventiva desde cedo.

Portanto, além de lidar com as consequências legais dos atos racistas, é fundamental investir na educação e na formação de uma consciência antirracista desde a infância. Isso significa promover currículos escolares inclusivos, formar educadores(as) para reconhecer e combater o preconceito racial e criar um ambiente que celebre a diversidade e a igualdade. Ao fazer isso, podemos ajudar a transformar mentalidades e construir uma sociedade mais justa e igualitária, onde o racismo seja não apenas punido, mas também combatido em suas raízes culturais e sociais.

Por outro lado, os resultados do questionário revelaram que aproximadamente seis estudantes associaram o racismo ao *bullying*. Essa compreensão pode refletir uma percepção ainda parcial sobre as especificidades do Racismo, especialmente em um contexto social no qual práticas racistas são frequentemente minimizadas ou confundidas com conflitos interpessoais. Embora *bullying* e Racismo envolvam violência no ambiente escolar, quando as ofensas estão relacionadas à cor da pele, aos traços físicos ou à origem étnico-racial, configuram manifestações de racismo (Carapello, 2020). Ainda assim, reconhecer essas situações como formas de violência pode representar um importante ponto de partida para o debate sobre discriminação racial na escola.

Vale esclarecer que o *bullying* corresponde a comportamentos agressivos e intencionais no ambiente escolar, enquanto o Racismo envolve práticas e concepções que hierarquizam grupos a partir de características étnico-raciais. Nesse contexto, estudantes negros(as) podem vivenciar simultaneamente situações de *bullying* e Racismo, especialmente quando as agressões se relacionam à cor da pele ou aos

traços físicos. Assim, compreender inicialmente essas experiências como *bullying* não deve ser visto necessariamente como um equívoco, mas como uma forma inicial de reconhecer situações discriminatórias em um contexto no qual o debate sobre o racismo ainda é frequentemente silenciado.

No contexto escolar, essa associação entre bullying e Racismo pode refletir a forma como a própria sociedade brasileira historicamente tende a minimizar ou silenciar as questões raciais. Como consequência, manifestações de racismo podem receber respostas insuficientes, sem o devido reconhecimento de seu caráter estrutural e discriminatório. Nesse sentido, torna-se fundamental ampliar o debate e a conscientização sobre as especificidades do racismo no ambiente escolar, para que as práticas pedagógicas e institucionais contribuam de maneira mais efetiva para o enfrentamento das desigualdades raciais.

Também foi observado nas respostas dos(as) estudantes uma compreensão do racismo associada principalmente a insultos relacionados à cor da pele e à aparência de pessoas negras, percepção identificada em relatos de três participantes. Essa associação pode refletir a maneira como o racismo costuma ser apresentado nos meios de comunicação e nas interações cotidianas, frequentemente vinculado a ofensas explícitas. Embora essas manifestações também configurem racismo, o fenômeno envolve ainda formas mais amplas de distinção, exclusão e desigualdade racial, historicamente construídas e presentes nas estruturas sociais e culturais da sociedade.

No ambiente escolar, quando o racismo é compreendido apenas como xingamentos relacionados à cor da pele e à aparência de pessoas negras, há o risco de que suas dimensões estruturais e históricas sejam pouco discutidas ou reconhecidas. Essa compreensão, identificada nas respostas de parte dos(as) estudantes, pode refletir limitações presentes no debate social e educacional sobre as relações raciais, dificultando a implementação de práticas pedagógicas voltadas ao enfrentamento do racismo de forma mais ampla e crítica.

Além disso, foi identificada uma compreensão mais ampla sobre o racismo nas respostas de dois(duas) estudantes, na qual o racismo era entendido como uma prática que poderia atingir qualquer grupo étnico de maneira equivalente. Esse resultado reflete discursos amplamente difundidos no contexto social, como a ideia de racismo reverso, que tende a desconsiderar as dimensões históricas e estruturais do racismo direcionado à população negra. Embora tais percepções não possam ser atribuídas exclusivamente ao ambiente escolar, elas evidenciam a importância de práticas educativas que promovam debates mais aprofundados sobre as relações raciais, contribuindo para a compreensão crítica das desigualdades historicamente construídas na sociedade brasileira.

Para tanto, é papel da escola problematizar discursos que desconsideram as dimensões históricas e estruturais do racismo, promovendo uma compreensão crítica sobre como esse sistema de opressão historicamente privilegiou pessoas brancas e produziu desigualdades para a população negra e outros grupos racializados. Isso envolve educar os(as) estudantes sobre a história do racismo, suas manifestações contemporâneas e as formas de reconhecer e enfrentar práticas discriminatórias

dentro e fora do ambiente escolar.

Com base nos dados analisados, observou-se que o racismo era percebido pelos(as) participantes de diferentes maneiras: como uma violação da lei, um insulto, uma forma de bullying, uma discriminação, um preconceito ou um ato discriminatório dirigido a qualquer grupo étnico. Essas diferentes compreensões, associadas à presença do racismo no cotidiano escolar e social, evidenciaram a necessidade de ampliar os debates sobre a definição e as manifestações do racismo no ambiente escolar. Nesse contexto, cabe à escola promover estudos e discussões sobre as questões étnico-raciais, buscando compreender e problematizar as causas e as consequências do racismo na sociedade.

Compreensões sobre práticas racistas no cotidiano escolar e nas comunidades

Compreender as práticas racistas que ocorrem no cotidiano escolar e nas comunidades é fundamental para promover a conscientização e a educação étnico-racial. Essa compreensão possibilita reconhecer as diferentes formas pelas quais o racismo é percebido e vivenciado socialmente, além de contribuir para a construção de políticas e práticas educativas voltadas ao enfrentamento das desigualdades raciais.

Neste contexto, os(as) participantes foram questionados(as) sobre a presença de práticas racistas através de perguntas abertas e diretas, visando capturar suas percepções pessoais. Essa metodologia permitiu uma exploração ampla e diversificada de experiências e pontos de vista individuais sobre o racismo, sem restringir as respostas a definições específicas ou categorias pré-estabelecidas. Essa fase da investigação foi essencial para alcançar uma compreensão abrangente das diversas formas em que o problema se manifesta na vida dos(as) estudantes.

Diante disso, foi perguntado aos(às) estudantes se já haviam sido vítimas de racismo e, em caso afirmativo, onde teria ocorrido. Do total de participantes que responderam ao questionário, vinte estudantes afirmaram não terem sido vítimas de racismo, enquanto dez revelaram que sim, ou seja, já foram vítimas. Essa disparidade, segundo Munanga (2005) sugere várias possibilidades, incluindo a subnotificação do racismo, o que pode ser atribuído a diferentes razões, como o medo e a falta de consciência sobre o que constitui racismo ou até mesmo a normalização de comportamentos discriminatórios.

A subnotificação do racismo nas escolas, ainda conforme Munanga (2005), é impulsionada por fatores como medo de represálias, falta de consciência sobre o que é racismo e a naturalização de comportamentos discriminatórios. A deficiência na educação sobre racismo e a falta de confiança nos mecanismos de denúncia também contribuem para esse problema. Para melhorar, é essencial oferecer uma educação das relações étnico-raciais, criar canais seguros para denúncias e promover um ambiente escolar inclusivo que incentive a denúncia e o combate ao racismo.

Além disso, os dados evidenciam a complexidade das percepções dos(as) estudantes sobre o racismo, revelando diferentes formas de compreender e interpretar

situações discriminatórias no ambiente escolar. Essa inferência também considera as respostas dos(as) vinte estudantes que afirmaram não ter sofrido racismo, mas que apresentaram percepções e entendimentos distintos acerca das práticas discriminatórias e de suas manifestações no cotidiano escolar. Dessa forma, as respostas demonstram que as experiências relacionadas ao racismo podem ser percebidas, interpretadas e expressas de maneiras variadas pelos(as) participantes.

Dos dez estudantes que se declararam vítimas de racismo, cinco relataram que esses casos ocorreram na escola. Isso destaca a necessidade urgente de abordar a discriminação racial no ambiente escolar. A conscientização e a ação contra o racismo devem ser prioridades, pois a escola deve ser mais do que um local de aprendizado; deve também promover a formação ética e social, conforme destaca Gomes (2005). Para isso, é essencial valorizar a diversidade e combater o racismo ativamente.

Três estudantes relataram que sofreram racismo em casa, indicando que essas práticas não se limitam apenas ao ambiente escolar, mas também pode ocorrer no ambiente familiar. O racismo muitas vezes, segundo Gomes (2005) é perpetuado por normas e atitudes sociais que se refletem no comportamento familiar e comunitário. Portanto, abordar a discriminação racial de forma abrangente requer uma compreensão de como essas dinâmicas sociais afetam todos os aspectos da vida, incluindo o ambiente familiar. A educação e a conscientização sobre racismo devem, portanto, se estender além da escola, englobando também o contexto familiar e comunitário para promover mudanças significativas e duradouras.

Dois estudantes mencionaram terem sido vítimas de racismo na rua, demonstrando que ele pode ocorrer também em espaços públicos fora do contexto escolar e doméstico. Isso evidencia, conforme Munanga (2005), que o racismo é um problema generalizado que permeia diversos contextos da vida cotidiana. O racismo nas ruas reflete a persistência de atitudes e comportamentos discriminatórios que se manifestam em diferentes ambientes sociais. Portanto, é fundamental que as estratégias de combate ao racismo sejam amplas e abrangentes, englobando não apenas instituições educacionais e familiares, mas também a promoção de uma cultura de respeito e inclusão em todos os espaços públicos.

Quando perguntados se já haviam presenciado algum caso de racismo e, em caso afirmativo, onde teria ocorrido, dezesseis estudantes relataram não ter presenciado casos de racismo, enquanto quatorze afirmaram que já haviam presenciado. A divisão quase equitativa entre os estudantes que relataram ter presenciado casos de racismo e aqueles que afirmaram não ter testemunhado tais situações reflete uma percepção divergente do fenômeno dentro da comunidade escolar.

Esse dado sugere que, enquanto uma parte significativa dos(as) alunos(as) é sensível e atenta às manifestações de racismo, outra parcela pode não reconhecer ou não vivenciar essas situações da mesma forma. Com relação a discrepância, Gomes (2005) destaca a importância de abordar questões de discriminação racial de maneira educativa e preventiva, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas experiências pessoais, compreendam a gravidade e a realidade do racismo. Promover um ambiente escolar onde o racismo é amplamente

discutido e combatido pode ajudar a criar uma consciência mais uniforme e a fortalecer a cultura de respeito e inclusão para todos.

Em relação aos locais onde foram presenciados casos de racismo, nove estudantes relataram que ocorreu na rua, doze na escola, cinco no transporte escolar, e quatro afirmaram ter ocorrido em vários lugares, sem especificá-los. A distribuição dos relatos sobre onde foram presenciados casos de racismo revela padrões significativos sobre a ocorrência desses eventos. A alta incidência de racismo tanto na escola quanto na rua sugere que esses ambientes são especialmente vulneráveis a tais situações.

A escola, segundo Munanga e Gomes (2005) sendo um local de intensa interação social e convivência diária entre alunos, pode ser um espaço onde comportamentos discriminatórios se manifestam mais frequentemente devido à proximidade e à diversidade de grupos sociais. Da mesma forma, a rua, um ambiente público com menos supervisão direta, também apresenta oportunidades para manifestações de racismo.

A menor supervisão e o alto volume de interações em ambos os contextos podem contribuir para a frequência dos incidentes, pois comportamentos discriminatórios podem passar despercebidos ou não ser adequadamente abordados. A presença de racismo em ambientes variados, de acordo com Jesus e Aguiar (2020), indica a necessidade urgente de estratégias que incluam a educação e a intervenção tanto em contextos escolares quanto em espaços públicos, para criar uma abordagem mais abrangente e eficaz no combate ao racismo.

Por outro lado, os dados mostram que, embora muitos(as) estudantes tenham relatado ter presenciado casos de racismo na escola, isso não significa necessariamente que todos se reconheçam como vítimas diretas dessas situações. O cruzamento dos dados revelou que parte dos(as) estudantes que afirmaram não ter sofrido racismo relatou ter testemunhado episódios de discriminação racial no ambiente escolar, evidenciando que o reconhecimento do racismo pode ocorrer de maneira distinta entre vivenciar e observar essas situações. Esse aspecto demonstra a complexidade das percepções sobre o racismo e suas manifestações no cotidiano escolar, especialmente em contextos marcados por formas sutis de discriminação racial, como microagressões, estereótipos implícitos e exclusões sociais que nem sempre são imediatamente identificadas como racismo.

Cabe destacar que, nesta etapa da análise qualitativa das questões abertas, optou-se por priorizar a interpretação dos sentidos e percepções expressos pelos(as) participantes, em vez da apresentação recorrente de percentuais, uma vez que as respostas poderiam contemplar múltiplas interpretações e categorias simultaneamente.

De acordo com Petry e Dias (2018), a gravidade do racismo velado está relacionada à dificuldade de reconhecer e denunciar manifestações discriminatórias que ocorrem de forma sutil e cotidiana. Diferentemente das formas explícitas de racismo, o racismo velado pode se manifestar por meio de exclusões, estereótipos, constrangimentos e microagressões que, muitas vezes, são naturalizados no convívio social e escolar. Essa característica torna mais difícil para as vítimas e para aqueles

que presenciam essas situações identificarem-nas claramente como práticas racistas, o que pode contribuir para sua permanência e invisibilização no cotidiano.

Essas manifestações sutis de racismo podem ser mais difíceis de identificar e nomear, tanto para quem as vivencia quanto para quem as presencia. Essa dificuldade de reconhecimento pode contribuir para a naturalização dessas práticas e para a minimização de seus impactos no cotidiano escolar.

Nesse sentido, torna-se importante que as iniciativas educacionais promovam debates sobre as diferentes formas pelas quais o racismo se manifesta, favorecendo uma compreensão mais ampla das discriminações raciais e contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e consciente das desigualdades étnico-raciais.

Quando estudantes testemunham manifestações sutis de racismo na escola, mas não se reconhecem como vítimas diretas dessas situações, isso pode indicar dificuldades na identificação e no reconhecimento de determinadas práticas discriminatórias. Conforme discutem Petry e Dias (2018), formas menos explícitas de racismo tendem a ser naturalizadas no cotidiano, o que pode dificultar sua percepção e enfrentamento, mesmo quando produzem impactos negativos sobre as pessoas atingidas.

Na quarta etapa da análise, questionou-se aos(as) participantes se a escola em que estudavam discutia temas relacionados ao racismo e, em caso afirmativo, de que forma. Entre os(as) respondentes, seis estudantes afirmaram que a escola não abordava esses temas, um(a) participante afirmou que não sabia responder, um(a) deixou a questão em branco e vinte e dois relataram que o racismo era discutido no ambiente escolar.

Entre os(as) vinte e dois estudantes que afirmaram que o racismo é discutido na escola, dezenove relataram que essa abordagem ocorre principalmente por meio de palestras, um(a) mencionou discussões realizadas no Dia da Consciência Negra e dois(duas) destacaram ações promovidas pelo grupo de estudos sobre relações étnico-raciais da própria escola, denominado Negritude, formado por estudantes da instituição. Os dados indicam que o grupo desempenha papel relevante na promoção de debates e atividades voltadas ao enfrentamento do racismo no cotidiano escolar, evidenciando a importância do apoio e da continuidade dessas iniciativas educativas.

O Grupo de Estudos das Relações Étnico-Raciais da escola, conhecido como Negritude, foi criado em 2019. A ideia surgiu quando um professor de História e Geografia percebeu o interesse dos(as) alunos(as) pelos temas relacionados à contribuição dos negros e negras na formação do Brasil e à situação atual desses povos. Como o tempo das aulas era limitado, o professor sugeriu à gestão a criação de um grupo de estudos com encontros semanais após o horário escolar.

O Negritude promove debates sobre racismo, etnia e identidade, utilizando textos científicos, filmes e atividades informativas. O grupo foi nomeado Negritude para refletir o orgulho racial e a valorização da cultura negra. Em 2020, o grupo ganhou *status* institucional com apoio direto da coordenação pedagógica, aumentando sua participação e impacto na escola. Atualmente, o Negritude é uma iniciativa oficial da

gestão escolar, realizando eventos educativos, debates e campanhas para combater o racismo e valorizar a diversidade étnico-racial.

Além dos encontros semanais, o Negritude promove exposições e seminários e contribui para a inclusão dos princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais no Projeto Político Pedagógico da escola. Esses princípios incluem a promoção da diversidade, o fortalecimento de identidades e ações contra o racismo. O Negritude desempenha um papel relevante no engajamento dos(as) estudantes em ações contínuas contra o racismo e na promoção da equidade racial.

Esses dados apresentados acima indicam que, embora existam iniciativas voltadas à discussão das relações étnico-raciais, parte das ações ainda se concentra em momentos específicos e atividades pontuais. Isso evidencia a importância de ampliar estratégias contínuas e integradas ao currículo escolar, de modo que o debate sobre o racismo esteja presente de forma mais sistemática no cotidiano educacional.

É válido destacar que, embora apenas dois estudantes tenham associado explicitamente as discussões sobre racismo às ações do grupo Negritude, os demais participantes também mencionaram a realização de palestras e eventos relacionados ao Dia da Consciência Negra, atividades que são igualmente organizadas por esse grupo de estudos das relações étnico-raciais. Esse aspecto evidencia que, mesmo sem reconhecer diretamente o Negritude como responsável pelas ações, os(as) estudantes identificam iniciativas promovidas pelo grupo no contexto escolar.

Portanto, é essencial fortalecer o empoderamento dos(as) estudantes envolvidos(as) no Negritude, incentivando-os a lutar por uma escola e uma sociedade que respeitem e valorizem as diversidades étnico-raciais. Isso pode promover uma abordagem mais eficaz e integrada na luta contra o racismo, ampliando o impacto das iniciativas do grupo e contribuindo para um ambiente escolar mais inclusivo e equitativo.

A escola, como formadora de opinião e cidadania, deve promover o respeito à diversidade racial e às diferenças fenotípicas dos povos. De acordo com Jesus (2020, p.861), "ao tomar conhecimento sobre os mecanismos que produzem o racismo, os discentes têm a oportunidade de posicionar-se criticamente e adotar uma postura de denúncia dos problemas sociais enfrentados pela população negra em nosso país." Paulo Freire (2011, p. 92-94) enfatiza que o diálogo e a reflexão são essenciais para a transformação social. Ele afirma que "não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão."

É essencial que as instituições educacionais abordem de forma direta as questões étnico-raciais, promovendo uma educação antirracista que valorize a diversidade e a inclusão. Esta abordagem é importante não apenas para a eliminação das práticas discriminatórias, mas também para preparar os(as) alunos(as) para uma participação ativa em uma sociedade mais justa e equitativa. Para alcançar esses objetivos, as escolas devem adotar práticas que incentivem a reparação política e social, respeitando e integrando as diversas culturas presentes na comunidade escolar.

Almeida (2018, p. 160) afirma que “racismo e sexismo colocam as pessoas em seu devido lugar, ou seja, nos setores menos privilegiados e mais precarizados da economia”. Esse conceito é particularmente relevante para o ambiente escolar, onde a perpetuação de desigualdades pode afetar diretamente as oportunidades e o bem-estar dos(as) alunos(as). A discriminação racial nas escolas pode reforçar a marginalização de certos grupos, limitando seu acesso a recursos e oportunidades educacionais que são fundamentais para seu desenvolvimento e sucesso.

A interação contínua entre a gestão escolar e os(as) estudantes, independente de raça, cor, religião e condição socioeconômica, é fundamental para superar barreiras e promover a inclusão. Uma vez que a escola está desenvolvendo ações importantes para discutir o racismo, principalmente por meio das palestras realizadas pelo grupo Negritude. No entanto, é necessário intensificar a frequência dos debates sobre o tema e fortalecer as ações que empoderem os(as) estudantes para uma abordagem mais abrangente e efetiva no ambiente escolar. Embora já realize palestras e eventos significativos, o grupo Negritude poderia se beneficiar de uma abordagem mais integrada e contínua no currículo escolar para garantir que a discussão sobre racismo seja uma parte regular e sistemática da experiência educacional.

Portanto, é essencial que a gestão escolar e a comunidade se empenhem em fortalecer o empoderamento dos(as) estudantes envolvidos no Negritude, incentivando uma postura ativa na promoção da equidade racial e no combate ao racismo. A escola deve continuar a ser um espaço de aprendizado e reflexão contínua sobre a diversidade étnico-racial, preparando os(as) alunos(as) para se posicionarem criticamente e contribuir para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Considerações finais

Os resultados da pesquisa evidenciaram que os(as) estudantes participantes compreendem o racismo de diferentes maneiras, associando-o a preconceito, discriminação, insultos, *bullying* e ao crime. Essas múltiplas percepções revelam a complexidade do debate étnico-racial no ambiente escolar e demonstram como o racismo pode ser interpretado a partir das experiências sociais vivenciadas pelos(as) estudantes. Nesse sentido, o estudo reforça a importância de a escola promover discussões permanentes sobre as relações étnico-raciais, contribuindo para uma compreensão mais crítica das desigualdades historicamente construídas na sociedade brasileira.

A pesquisa também mostrou que o racismo está presente no cotidiano dos(as) estudantes, manifestando-se tanto no ambiente escolar quanto em outros espaços sociais. Além disso, os dados indicaram dificuldades no reconhecimento de determinadas práticas discriminatórias, especialmente em situações marcadas por formas sutis de racismo. Esses resultados demonstram a necessidade de fortalecer ações educativas que auxiliem os(as) estudantes a identificar, problematizar e enfrentar diferentes manifestações do racismo no cotidiano.

Outro aspecto relevante identificado no estudo refere-se ao papel desempenhado pelo grupo Negritude na promoção de debates e ações voltadas à

valorização da diversidade étnica e racial na escola. Embora as atividades desenvolvidas pelo grupo contribuam significativamente para o fortalecimento da educação antirracista, os dados indicam a necessidade de ampliar a integração dessas discussões ao currículo e às práticas pedagógicas cotidianas. Dessa forma, o enfrentamento do racismo no contexto escolar exige ações contínuas de formação, diálogo e valorização das diferentes identidades étnico-raciais, favorecendo a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e socialmente comprometido.

Referências

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5465054/mod_resource/content/1/ALMEIDA_2019._O_QUE_E_RACISMO_ESTRUTURAL.pdf. Acesso em: 29 mai. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10622481/paragrafo-3-artigo-140-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>. Acesso em 12 de jul. de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n.º 470, de 14 de maio de 2024**: institui a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 maio 2024. Publicado em edição extra B, p. 1. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-470-de-14-de-maio-de-2024-559544343>. Acesso em: 06 dez. 2025.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/diretrizes-curriculares-nacionais-para-educacao-das-relacoes-etnico-raciais>. Acesso em: 12 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Estabelece a obrigatoriedade do ensino sobre história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas de ensino fundamental e médio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em 12 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 jan. 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7716.htm. Acesso em: 11 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 03, de 10 de março de 2004**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023**. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/19846444>

janeiro de 1989, para equiparar a injúria racial ao crime de racismo. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 jan. 2023. Disponível em: Acesso em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14532.htm Acesso em: 18 de jun. de 2024.

CARAPELLO, Raquel. O racismo camuflado pelo bullying. **Revista Educação**. v.15, n.1, 2020. Disponível em: <http://revistas.ung.br/index.php/educacao/article/view/4018/3073#>. Acesso em: 19 jun. 2024.

CAVALLEIRO, Eliane (org.). **Racismo e antirracismo na educação**: repensando nossa escola. 1. ed. São Paulo: Selo Negro, 2024. E-book, 176 p. Disponível em: <https://tinyurl.com/4zewhdf9>. Acesso em: 20 jul. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: Discutindo algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em: 20 jul. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD Contínua 2022**: Resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9104-pnad-continua.html>. Acesso em: 19 jun. 2024.

JESUS, M. S.; AGUIAR, A. S. Caminho con(di)vergente para educação das relações étnico-raciais nas licenciaturas do campus JK da UFVJM. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 13, n. Especial, p. 849–865, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1983-1579.2020v13nEspecial.54715. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/54715>. Acesso em: 30 jul. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Censo Escolar 2022**: Resultados. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados/2022>. Acesso em: 19 jun. 2024.

MUNANGA, K. (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em: 20 jul. 2024.

PERNAMBUCO. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Lei nº 15.389, de 13 de outubro de 2014. **Confere ao Município de Lagoa de Itaenga o título de Capital Estadual do Coco de Roda**. Recife: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2014. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=227> Acesso em: 18 de jun. de 2024.

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/19846444>

PETRY, Caroline; DIAS, Felipe da Veiga. O Racismo Velado sob a ótica da teoria do etiquetamento e cifra oculta. **Mostra de Iniciação Científica da IMEd**. Disponível em: <https://soac.atitus.edu.br/index.php/mic/xiimic/index>. Acesso em: 30 de jul. 2024.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. Liberdade negra e abolicionismos. **Curso de extensão Emancipações e pós-abolição**: por uma outra história do Brasil (1808-2020). Org.: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROExc, 2020.

SANT'ANA, Antônio Olímpio de. História e conceitos básicos sobre racismo e seus derivados. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em: 20 jul. 2024.

SILVA, Tássica Ferreira da. **Pernambuco forjado no açúcar: marcas e desdobramentos dos processos históricos, socioeconômicos e culturais da civilização do açúcar nas relações de trabalho e qualidade de vida dos trabalhadores do corte da cana**. 2021. 101 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Economia Doméstica), Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2021.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0).